

**INSTITUTO PROCESSUS**  
**FACULDADE PROCESSUS DE DIREITO**

**NOÉ ALVES LOPES**

**A CONCESSÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL:**

**Reflexos da Lei 11.232/05 na forma de execução.**

**Brasília**

**2010**

**NOÉ ALVES LOPES**

**A CONCESSÃO DE ALIMENTOS BRASIL:**

**Reflexos da Lei 11.232/05 na forma de execução.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Direito Civil e Processo civil, da Faculdade Processus, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Pós-graduado.**

**Brasília**

**2010**

## **RESUMO**

**Este artigo buscou estudar os alimentos no Brasil e, principalmente, os reflexos da Lei 11.232/05 na forma de execução dos mesmos. Intentou verificar se as inovações da referida lei trouxeram mudanças no sistema autônomo de execução, para isso, foi necessário um estudo geral de todo o quadro de concessão e execução de alimentos, bem como a prisão do devedor, com embasamento doutrinário e jurisprudencial. Chegou à conclusão de que o assunto ainda está em evidência, mas sem pacificação, o que tem trazido diversos entendimentos, tanto dos advogados quanto dos julgadores, contudo, verificou que é plausível tanto um como outro enfoque, com certa tendência à aceitação dos dispositivos da nova lei na execução de alimentos.**

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentos. Execução de alimentos. Lei 11.232/05.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1 O DIREITO À SUBSISTÊNCIA E A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTAR</b>	<b>6</b>
<b>2 DOS ALIMENTOS</b>	<b>7</b>
<b>2.1. Conceitos</b>	<b>7</b>
<b>2.2. Natureza Jurídica</b>	<b>8</b>
<b>2.3. Espécies</b>	<b>8</b>
<b>2.3.1. Quanto à natureza</b>	<b>9</b>
<b>2.3.2. Quanto à causa jurídica</b>	<b>9</b>
<b>2.3.4. Quanto a sua finalidade</b>	<b>10</b>
<b>2.3.4. Quanto ao momento da prestação</b>	<b>10</b>
<b>2.4. Características</b>	<b>11</b>
<b>2.4.1. Irrenunciáveis</b>	<b>11</b>
<b>2.1.2. Irrestituíveis</b>	<b>11</b>
<b>2.4.3. Imprescritíveis</b>	<b>12</b>
<b>2.4.4. Impenhoráveis</b>	<b>12</b>
<b>2.4.5. Incompensáveis</b>	<b>12</b>
<b>2.4.6. Intransacionáveis</b>	<b>12</b>
<b>2.4.7. Divisíveis e variáveis</b>	<b>12</b>
<b>3 A EXECUÇÃO DOS ALIMENTOS</b>	<b>13</b>
<b>3.1 Formas de execução</b>	<b>14</b>
<b>3.2. Implicações da Lei 11.232/05</b>	<b>15</b>
<b>4 A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS</b>	<b>20</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>27/28</b>

## **Introdução**

Em sentido amplo, os alimentos envolvem tanto a alimentação propriamente dita, como tudo o mais necessário à manutenção individual, como habitação, vestuário, educação, tratamento médico, odontológico, lazer, etc.

Os alimentos estão ligados à sobrevivência do credor alimentar e concernem ao dever natural que têm os pais de zelar pela formação material de seus filhos. Por isso mesmo, necessitam os alimentos de tratamento prioritário, pois asseguram o essencial direito à vida, considerado este como o mais importante de todos.

O dever alimentar vem disciplinado na Constituição Federal, no Código Civil, Código de Processo Civil e em leis ordinárias esparsas.

Prescreve o art. 229 da Constituição Federal pátria que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Relevante é o valor que se atribui aos alimentos, tanto que a falta de sua prestação constitui-se em crime de abandono material, segundo o art. 244<sup>1</sup> do Código Penal.

Além disso, prevê a Lei de Alimentos tipos penais para aqueles que, de alguma forma, criam obstáculos para o credor receber os alimentos devidos, como deixar o empregador ou funcionário público de prestar ao juízo competente as informações necessárias à instrução de processo ou execução de sentença ou acordo que fixe pensão alimentícia, ou quem, de qualquer modo, ajuda o devedor a eximir-se do pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, ou se recusa, ou procrastina a executar ordem de descontos em folhas de pagamento, expedida pelo juiz competente.

---

<sup>1</sup> Deixar, sem justa causa, de prover subsistência do cônjuge, ou se seu filho menor de 18 anos (dezoito) ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou menor de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento da pensão de alimento judicialmente acordadas, fixada ou majorada, deixar sem justa causa, de socorrer descendentes ou ascendentes, gravemente enfermo. Pena de detenção de 1 a 4 anos, e multa de uma a 10 vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Acrescente-se a tudo isso que o não-cumprimento do dever de alimentar representa um prenúncio de desamor, de rejeição e causa profundas seqüelas psicológicas naqueles que têm que buscar, no judiciário, a proteção que aqueles que têm o dever não são capazes de dar espontaneamente.

Posto isso, este artigo procura enfocar, de forma simples, a obrigação e o dever do alimentante para com o alimentado; repassa os tipos de alimentos e suas características elencados pela doutrina, bem como, os meios de execução necessários ao cumprimento da obrigação. Em um segundo momento, serão abordadas as modificações introduzidas pela Lei 11.232/05, sendo que neste contexto será analisado somente se houve ou não mudança na forma de execução referente aos alimentos, que promoveu modificações na modalidade execução por quantia certa, uma vez que a doutrina e a jurisprudências são divergentes. Ao final, será discutida a prisão do devedor por recusa ao cumprimento do adimplemento da obrigação alimentar, já fixadas pelo juízo.

## **1 O DIREITO À SUBSISTÊNCIA E A OBRIGAÇÃO/DEVER DE ALIMENTAR**

A Obrigação alimentar, em amplo conceito, constitui matéria que interessa não só à família, mas também ao Estado e à sociedade. Neste diapasão, todo o indivíduo tem direito à subsistência e quem não pode prover a sua, não poderá ser deixado à própria sorte. Assim, a família é o esteio deste indivíduo, acolhendo-o e alimentando-o a fim de lhe promover e favorecer seu bem estar, neste sentido Rolf Madaleno<sup>2</sup> nos ensina que “no dever de alimentar a solidariedade familiar entre pais e filhos é ilimitada e pode ir ao extremo de exigir a venda de bens dos pais para atenderem necessidades emergenciais dos filhos” (O autor realça a diferença entre dever e obrigação alimentar, salientando que o dever alimentar se vincula ao poder familiar, ao parentesco das pessoas menores e incapazes; já a obrigação alimentar está direcionada aos parentes de graus mais distantes, como avós e irmãos e também filhos maiores e capazes e fora do poder familiar); à sociedade cabe propiciar-lhe sobrevivência por meio do convívio social, devendo dar condições para que ele tenha uma cidadania digna, para que ele viva, não com esmolas, mas a custas de seu trabalho digno; e ao Estado, Poder Público, compete desenvolver políticas de inclusão e de assistência social, estimular o seguro, tomar medidas que

---

<sup>2</sup> Madaleno, Rolf. Curso de Direito de Família, 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2008. p.180/181.

auxiliem a sociedade a promover a cidadania. É o que dispõe o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao tratar dos direitos sociais.

Constituição Federal do Brasil, 1988.

Art. 6º - São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 20/2000).

Nesta esteira de raciocínio, Viana<sup>3</sup> leciona:

À medida que o tráfico social se tornou mais complexo, que o Estado assumiu muitas daquelas funções, a de cunho assistencial modificou-se, mas foi mantido na família o socorro aos Parentes, pelo Instituto dos Alimentos. O Estado toma a si a assistência social, é responsável pelo serviço de saúde, tarefas que tem cumprido de forma sempre insatisfatória. Cumpre-lhe velar para que não falte trabalho e meio de vida para todos, mas à Família, nos limites do Parentesco que a lei determina, tem papel preponderante na preservação da vida humana. Esse papel é desempenhado pelos Alimentos.

## 2 DOS ALIMENTOS

### 2.1. Conceitos

Para formulação do conceito de alimentos há que se buscar a sua finalidade. Assim, entre os cônjuges, companheiros, conviventes, pais e filhos há uma relação de solidariedade, de cumplicidade social, responsabilidade familiar, e porque não uma relação emocional. E nestas relações os mais estabelecidos e favorecidos devem ajudar àqueles menos favorecidos que necessitam de apoio à sua sobrevivência e dignidade, sem, contudo, assumir sacrifícios para sua sobrevivência e manutenção. Neste sentido a prestação de alimentos, seja em espécie ou em alimentos, bem como qualquer outro tipo de ajuda, que lhes permitam se alimentar, vestir, usufruir de lazer, saúde, enfim, constitui um dever e uma obrigação para com seus semelhantes.

Neste sentido, varias têm sido as conceituações elaboradas pelos juristas ao Instituto dos Alimentos, sendo quase que unânimes as definições encontradas, de que alimentos são tudo aquilo que é necessário a uma pessoa para o seu sustento. Nesta linha, assevera Rolf Madaleno<sup>4</sup>:

“Os alimentos são destinados a satisfazer as necessidades materiais de subsistência, vestuário, habitação e assistência na enfermidade, e também para

---

3.VIANA, Marco Aurélio S. **Alimentos**: Ação de investigação de paternidade e maternidade. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p, 100.

<sup>4</sup> Op. Cit. p. 635.

atender às requisições de índole moral e cultural, assim, como a capacidade econômica do alimentante, e, portanto, amparar uma assistência familiar integral.”

Segundo a doutrina de Maria Helena Diniz<sup>5</sup> Alimentos são assim definidos:

Alimentos são prestações que visam atender às necessidades vitais, atuais ou futuras, de quem não pode provê-las por si. Os alimentos são, portanto, apenas os indispensáveis à subsistência quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia. Com isso, exigir-se-á, na ação de alimentos, averiguação da culpabilidade do alimentando, que causou, com seu ato omissivo (p.ex., gasto excessivo com viagens) ou remissivo (p. ex., vadiagem), a situação difícil em que se encontra.

Alimentos, no núcleo familiar, vêm sob a forma de obrigação ou de dever de sustento. Na Constituição Federal e no diploma civil, encontra-se estatuído que a assistência à criança e ao adolescente é dever da família. Os deveres familiares não se orientam pelos pressupostos que informam a obrigação alimentar. O dever é cumprido de forma incondicional, bastando apenas que o titular do direito aos Alimentos esteja alinhado no seu universo.

## 2.2. Natureza Jurídica

Quando se trata de descrever a natureza jurídica dos alimentos, a doutrina não é uníssona, pois, para alguns é um direito pessoal e extra patrimonial, considerando que há um interesse social e não econômico, pois, neste caso, o alimentando tem interesse econômico, sendo que os valores recebidos em nada aumentarão seu patrimônio e, sim, necessário à sobrevivência, seu direito à vida. Neste caso, têm-se um direito estabelecido, de regra, *intuite personae*, ou seja, um direito de caráter personalíssimo.

Contrariamente, para outros tem natureza jurídica de direito patrimonial ou especial, uma relação direta da prestação paga em pecúnia ou em espécie com o caráter econômico e com finalidade pessoal.

## 2.3 Espécies

A doutrina classifica os alimentos segundo vários critérios: I) quanto à natureza (naturais e civis); II) quanto à causa jurídica (a lei, à vontade, o delito); III) quanto à finalidade (provisionais e regulares); IV) quanto ao momento da prestação; V) quanto à

---

<sup>5</sup> Diniz, Maria Helena: Código Civil Anotado, vol 15, Ed.ver. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010, p. 1199.



modalidade da prestação, espécies estas que serão analisadas com mais profundidade a seguir.

**2.3.1. Quanto à natureza:** Civis ou naturais: Diz-se alimentos naturais àqueles necessários à subsistência - o *necessarium vitae*, como vestuários, alimentação, saúde, ou seja, um mínimo necessário à sobrevivência; já os destinados à instrução e educação que abrangem as necessidades intelectuais e morais – o *necessarium personae*, - são os chamados alimentos civis, sendo que alguns doutrinadores estabelecem nomenclatura diferente, mas contendo a mesma distinção: Alimentos necessários para aqueles e alimentos cômgruos para estes.

Para Rolf Madaleno<sup>6</sup> os Alimentos naturais estão compreendidos o estritamente necessário à subsistência, ou seja, alimentação, despesas médicas, vestuário, habitação; já os alimentos civis ou cômgruos são aqueles destinados à manutenção da condição social do credor de alimentos, incluindo a alimentação propriamente dita, o vestuário, a habitação, o lazer e necessidade de ordem intelectual e moral, cujos alimentos são quantificados em consonância com as condições financeiras do alimentante.

Assim, tem-se que os Alimentos naturais (necessários), são aqueles básicos à manutenção da vida do ser humano, obedecendo, aos limites necessários para a vida, (art. 1.694, § 2º do CC). Já os Alimentos civis ou cômgruos, reportam-se a outras necessidades, sendo estas o próprio estudo e instrução, devendo ser fixados em cada caso específico, (art. 1694 caput do CC).

**2.3.2. Quanto à causa jurídica:** a causa jurídica da obrigação alimentícia poderá resultar da lei, neste caso, decorrente de uma obrigação imposta pela lei, decorrente de parentesco ou advindo de matrimônio ou união estável; da vontade inerente ao ser humano, assim entendido os que decorrem da declaração de vontade, *inter vivos* ou *causa mortis* que; nos dizeres de Madaleno<sup>7</sup> “por ser contratual , quando a pessoa se obriga a pagar espontaneamente alimentos para outrem, ou quando tem como causa a morte do alimentante, ajustados através de legado de alimentos, em cédula testamentária (art. 1920)”, relacionados nestes casos ao direito das obrigações e no direito das sucessões; ou

---

<sup>6</sup> *Op. cit*, p. 636.

<sup>7</sup> *Op. Cit.* Pg. 637.

proveniente de algum delito, estes representam forma de indenização de dano *ex delicto*, ou seja, são os destinados a indenizar a vítima por ato ilícito.

**2.3.3. Quanto a sua finalidade:** podem ser classificados como provisórios e provisionais e regulares ou definitivos. Há que se levar em consideração que, apesar de parecerem, os adjetivos não são idênticos, uma vez que provisionais são os alimentos deferidos em caráter cautelar aos alimentos, por meio de “Ação de Alimentos Provisionais”, e que, ao contrário dos provisórios, podem ser cassados na vigência do trâmite da ação; nestes o juiz fixa valores ao demandante em razão da necessidade do demandado para custear despesas com separação judicial, nulidade ou anulação de casamento, divórcio, etc.; já os provisórios são os alimentos fixados no início do litígio, arbitrados pelo juiz ao despachar a ação cautelar e incidental, como por exemplo, a “antecipação de tutela” e Ação de Investigação de Paternidade. São os decorrentes da Lei 5.478/68, pelo rito especial. Já os alimentos ditos definitivos ou regulares são os fixados de comum acordo entre as partes ou por ato decisório do juiz.

**2.3.4. Quanto ao momento da prestação,** ou seja, momento em que são concedidos, os alimentos podem ser classificados em futuros ou pretéritos. Deste modo, futuros são aqueles que, em virtude de decisão judicial ou acordo, devem ser pagos após a propositura da ação; já os pretéritos são aqueles originados em momento anterior à ação.

A este respeito, leciona Silvio de Salvo Venosa<sup>8</sup>:

Em nosso sistema não são possíveis alimentos anteriores à citação, por força da Lei nº 5.478/68 (art. 13, § 2º). Se o necessitado bem ou mal sobreviveu até o ajuizamento da ação, o direito não lhe acoberta o passado. Alimentos decorrentes da lei são devidos, por tanto, ad futurum, e não ad praeteritum. O contrato, a adoção e o testamento podem fixá-los para o passado, contudo, nessas hipóteses não restrições de ordem pública.

Gonçalves<sup>9</sup> leciona que no momento da prestação, os Alimentos classificam-se em pretéritos, atuais e futuros.

Segundo o autor supracitado<sup>10</sup>:

---

<sup>8</sup> Venosa, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direito de família: ed. Atlas, V.5, São Paulo, 2001, p.305.

<sup>9</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de Família*: Sinopses Jurídicas. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 134.

São pretéritos quando o pedido retroage a período anterior ao ajuizamento da ação; atuais, os postulados a partir do ajuizamento; e futuros, os Alimentos devidos somente a partir da sentença.

Destaca-se, porém, que os Alimentos futuros são aqueles Alimentos a serem pagos pelo devedor após a propositura da ação e que conseqüentemente tenham sido sentenciados.

Já nos Alimentos pretéritos, segundo Oliveira<sup>11</sup>, não são abarcados no Direito de Família, sendo que se o credor sobreviver, não importando se bem ou mal, até a propositura da ação, não lhe cabe direito ao tempo anterior a demanda de Alimentos.

A retroação somente ocorre até a data da citação segundo o art. 13, § 2º da Lei nº 5.478

Todo o dito está disposto no art. 1.701 do Código Civil, sendo que a pessoa obrigada a suprir Alimentos poderá punccionar o credor, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor.

## **2.4. Características**

**2.4.1. Irrenunciáveis:** Conforme especifica o art. 1707, do Código Civil, “Pode o credor não exercer, porém, lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insusceptível de cessão, compensação ou permuta”. Ocorre que, como o próprio enunciado do artigo, a pessoa beneficiada pode deixar de exercer referido direito, permanente ou temporariamente, podendo reclamá-lo se ulteriormente dele precisar. Pode ser que o beneficiário tenha condições financeiras suficientes e, neste caso, não precisaria exercer o direito que lhe cabe, sendo que a dispensa temporária dos alimentos não poderá caracterizar a renúncia. No entanto, afirma Venosa<sup>12</sup> que “o beneficiário pode, contudo, renunciar aos valores dos alimentos vencidos e não pagos...”.

**2.4.2. Irrestituíveis:** O benefício uma vez pago, sejam eles provisórios ou definitivos, não será restituível, porque o benefício é alimentar, ou seja, não há como restituir o que já foi

---

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Adriane Stoll de. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso: 16 julho 2010.

<sup>12</sup> Op. Cit. P. 365.

consumido, mesmo que, posteriormente a concessão haja acórdão que modifique ou extinga referido crédito.

**2.4.3. Imprescritíveis:** O direito aos alimentos nunca prescreve, pois está lastreado na necessidade do alimentando. Segundo Venosa<sup>13</sup>\* A qualquer momento, na vida da pessoa, ode esta vir a necessitar de alimentos. “A necessidade do momento rege o instituto e faz nascer o direito à ação” Contudo, o art. 206, § 2º, do Código Civil estabelece o prazo de 2 anos para que sejam cobradas dívidas de alimentos vencidos e não reclamados, ou seja, dívidas pretéritas. Entende-se que se o beneficiário deixou de receber o que lhe era de direito por 2 (dois) anos é porque não lhe fazia falta para sua sobrevivência alimentar.

**2.4.4. Impenhoráveis:** O art. 649, do Código de Processo Civil traz um rol de itens ditos absolutamente impenhoráveis e, dentre estes, os estabelecidos no item IV que elenca os vencimentos, remuneração, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, etc. isto porque, uma vez penhoradas as parcelas alimentares estar-se-ia privando o beneficiário do quantum necessário a sobrevivência.

**2.4.5. Incompensáveis:** O Art. 383, item II, estabelece que a diferença de causa nas dívidas não impede a compensabilidade, exceto, se uma se originar de comodato, depósito ou alimento. A questão é que o benefício é alimentar, então, não seria crível ou aceitável a substituição do alimento por outro bem, pois, neste caso, estaria anulando o objetivo principal que é a sobrevivência do beneficiário.

**2.4.6. Intransacionáveis:** Não se permite transação do direito a alimentos, uma vez que é este é um direito personalíssimo e de interesse público. Contudo, admite a doutrina, que o quantum das parcelas vencidas pode ser transacionável.

**2.4.7. Variáveis e divisíveis:** A variabilidade decorre das modificações na condição de quem paga e também de quem recebe. É o que prescreve o art. 1699 do C.C. quando autoriza o juiz a exoneração, redução ou majoração do encargo, se pleiteada pelo interessado. Já a divisibilidade, conforme especifica o art. 1696 do mesmo diploma, pode ser divisível entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Significa dizer que os alimentos podem ser divididos em contas entre parentes conforme, é claro, o poder de pagar de cada

---

<sup>13</sup> Op. Cit p. 367.

um. Maria Helena Diniz<sup>14</sup> nos lembra que a divisibilidade é entre parentes do necessitado, encarregado da prestação alimentícia, salvo se o alimentando for idoso, visto que a obrigação alimentar passará, então, a ser solidária *ex lege*, cabendo-lhe optar entre os prestadores (Lei n. 10741/2003, art. 12).

### 3 A EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

Dentre as definições de Aurélio Buarque de Holanda<sup>15</sup> para o termo execução, uma dela descreve a execução como “a fase do processo judicial na qual se promove a efetivação das sanções, civis ou criminais, constantes de sentenças condenatórias”. Na verdade, tendo sido reconhecida ameaça ou a lesão a um direito, a execução visa assegurar que este direito seja reparado e que a ameaça seja interrompida e, o meio mais célere para que isto ocorra, é a execução, por meio de um processo de execução, ou seja, sendo condenado o réu a sentença condenatória enseja a execução. Daí a denominação execução forçada que, segundo Humberto Theodoro Júnior<sup>16</sup> “se contrapõe a idéia de cumprimento voluntário (adimplemento) da prestação. Giuseppe Chiovenda<sup>17</sup> define a diferença entre execução e processo de execução com as seguintes assertivas:

Chama-se execução processual a atuação prática, da parte dos órgãos jurisdicionais, de uma vontade concreta da lei que garante a alguém um bem da vida e que resulta de uma verificação; e conhece-se por execução o complexo dos atos coordenados a esse objetivo.

A par do exposto, a execução se apresenta como tipo forçada ou voluntária, a saber: A execução forçada, por atuação do Estado, que por meio de atos coordenados que imprime ao condenado, contra ou sem sua vontade, a obrigação de reparar ou a realizar um direito já reconhecido ao titular. Neste sentido, esclarece Nelson Nery Junior<sup>18</sup> que “A ação de execução é a forma regular de o credor satisfazer seu crédito, compelindo o devedor a cumprir sua obrigação”;ou indireta, onde há a voluntariedade do devedor em realizar o ato

---

<sup>14</sup> Op. Cit. P. 604.

<sup>15</sup> FERREIRA, Aurélio B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Coordenação e edição de Marina Baird Ferreira, Margarida dos anjos, 2009.

<sup>16</sup> Theodoro Júnior, Humberto. Processo de Execução e Cumprimento de Sentença. 25ª Ed. Ver., ampl. E atual. – São Paulo: Liv. E Ed. Universitária de Direito, 2008, p. 56.

<sup>17</sup> Chiovenda, Guiseppe. Instituições de Direito Processual Civil, vol. I, tradução da 2ª edição italiana por Paolo Capitanio. Ed. Campinas: Bookseller, 2002, p. 346.

<sup>18</sup> Nery Junior, Nelson. Código de Processo Civil Comentado e Legislação extravagante. 10ª Ed. Ver. Amp. E atual. Até 1º de outubro de 2007. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2008. p. 975.

ou, como explica Marinone<sup>19</sup> “Há casos em que o direito para ser realizado, depende da vontade do réu, ou melhor, depende de que o réu seja convencido a observá-lo”.

### **3.1 Formas de execução**

Fixados os alimentos, por sentença ou acordo, a execução se dará pelo art. 734, c/c o art. 16 da Lei 5.478/68 (lei dos alimentos) do Código de Processo Civil, tratando-se de alimentos vincendos e, neste caso, a forma mais comumente utilizada, e autorizada pelo referido artigo, é o desconto em folha, quando se tratar de devedor funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa, bem como empregado sujeito à legislação do trabalho. Neste caso o juiz mandará ofício à empresa ou órgão público determinando o percentual ou valor a ser descontado diretamente na folha de salário ou proventos do devedor.

Em se tratando de alimentos vencidos a execução se fará por meio de expropriação, conforme preceitua o arts. 732, c/c com os arts.17 e 18 da Lei 5.478/68, e por meio da coação pessoal 733 c/c o 18 e 19, da mesma lei, ou seja, respectivamente, execução sob pena de penhora, a chamada de comum, desde que tenha o devedor bens ou rendimentos a ser penhorado; e sob pena de prisão, no caso de inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação alimentar. Assim, os art. 732, bem como, o art. 735 fixam a execução de prestação de alimentos definitiva, enquanto que o art. 733 estabelece normas para a execução por coerção pessoal, mediante ameaça de prisão e, neste caso, ressalta-se que, conforme dispõe a Sumula 301 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, somente se procede concernentes às três últimas prestações anteriores ao ajuizamento da ação, sendo que as demais deverão ser cobradas por meio de execução sob pena de penhora.

O procedimento da execução nos moldes acima especificados se procede conforme os art. 646 e 724, mediante processo autônomo de execução, ou seja, o devedor é citado e terá prazo de três (art. 652 do CPC) ou indicar bens a penhora caso não faça o devido pagamento ao pagamento, sendo a defesa exteriorizada por meio de embargos. Tem-se, então, que os procedimentos estabelecidos nos moldes do Capítulo IV do Livro II do Código de Processo Civil, nas ações de alimentos o sistema utilizado é o Dual, em que se necessita de duas ações autônomas, sendo uma para condenar o devedor e outra específica para imprimir ao obrigado ao cumprimento da condenação.

---

<sup>19</sup> Marinone, Luiz Guilherme. Manual de Processo de Conhecimento. 4ª Ed. São Paulo. RT 2005, p. 415.

### 3.2 Implicações da Lei 11.232/05

A reforma do CPC implementada por meio da Lei 11.232/05, com o intuito de promover à agilidade aos processos, modificou sobremaneira a execução dos títulos executivos judiciais, e em especial, a modalidade de execução da sentença condenatória de pagamento de importância em pecúnia.

Neste diapasão, se depara a doutrina com as dúvidas que se suscitaram sobre como se deve proceder ao pagamento de alimentos, quando pagos em espécie, uma vez que o novo sistema implementa um processo sincrético, onde a fase de execução é mero complemento, evitando assim, duas sentenças, duas citações, duas penhoras, etc.; não sendo mais necessário o procedimento dual, ação autônoma, uma vez que este tipo de ação ficaria reservado à cobrança de prestação vencida e de título extrajudicial, suscitando dúvidas, dentre as quais se destaca: utilizando-se do sistema Tradicional da execução, ou seja, processo autônomo como se utilizar dos embargos uma vez que estes ficaram reservados à Fazenda Pública? O devedor será citado para pagar em três dias ou quinze dias, conforme a nova técnica da Lei 11.232/05, incidindo, neste caso, em multa de 10% (art. 475-J)? A multa seria a partir da intimação ou do trânsito em julgado? Incidiria sobre o montante ou sobre as parcelas não adimplidas? A intimação do devedor seria na pessoa do seu advogado? Enfim, diversas dúvidas podem ser levantadas. A doutrina, ainda, apresenta divergência com nomes de peso, tanto no sentido de que deve ser mantido o sistema do processo autônomo, quanto na direção de que a nova lei deve ser aplicada de imediato.

Para melhor compreensão das modificações introduzidas pela Lei 11.232/05, principalmente no que diz respeito a pagamento de quantia certa, trazemos o disposto normativo dos artigos dos arts. 475-I e 475-J, os quais apresentam grande parte das dúvidas acima identificadas:

Art. 475-I - O cumprimento da sentença far-se-á conforme os arts. 461 e 461-A desta lei ou, tratando-se **obrigação por quantia certa**, por execução, nos termos dos demais artigos deste capítulo. (destaquei)

Art. 475-J - Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.

Cabe observar que, diferentemente do sistema anterior, o não adimplemento da obrigação gera multa de 10%, e a expedição de mandado de penhora e avaliação. Já cabem, aqui, algumas indefinições, a saber: O devedor deverá ser intimado para o pagamento sob pena de imposição de multa de 10% ou, definida a condenação, fica o devedor livre para fazer, espontaneamente, o adimplemento do valor estipulado ficando, neste caso, sujeito à multa após o trânsito em julgado da condenação? Para Maria Berenice Dias<sup>20</sup>:

(...) não é possível dispensar a intimação do réu. Precisa ser intimado pessoalmente para ser constituído em mora. (...) não há como pretender que o réu, no prazo de quinze dias contados da intimação da sentença, compareça espontaneamente em juízo e deposite o valor que entender devido para não ficar sujeito à multa. A intimação da sentença não pode servir de marco temporal para o adimplemento voluntário, pois o recurso geralmente dispõe de efeito suspensivo.

Cabe esclarecer, contudo, que já foram objetos de decisões parte do assunto, disposto no referido artigo, pelo do STJ. No AgRg no Ag. 1039520/RS<sup>21</sup>, de relatoria do Ministro Luiz Felipe Salomão, membro da 4ª Turma, ficou assentado que é “desnecessária a intimação pessoal do devedor para imposição da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil”.E, ainda:

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relator; Ministro Humberto Gomes de Barros

Resp. nº 954.859-RS<sup>22</sup>, – DJ 27.08.2007.

“Lei 11.232/2005. Artigo 475-J, CPC. Cumprimento da Sentença. Multa.Termo inicial. Intimação da parte vencida. Desnecessidade.

1. A intimação da sentença que condena ao pagamento de quantia certa se consuma mediante publicação, pelos meios ordinários, a fim de que tenha início o prazo recursal. Desnecessária a intimação pessoal do devedor.

2. **Transitada em julgado a sentença condenatória**, não é necessário que a parte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la.

3. Cabe ao vencido **cumprir espontaneamente a obrigação**, em quinze dias, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%”. (grifei).

---

<sup>20</sup> Dias, Maria Berenice. Texto disponível em: [www.jusnavegandi.com.br](http://www.jusnavegandi.com.br), Teresina, Ano 11, n. 1290, jan. 2007, acesso em 20 de julho de 2010.

<sup>21</sup> Brasil. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag. 1039520/RS. Julgado em 20/4/2010, publicado em DJE no dia 10/5/2010.

<sup>22</sup> Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Resp. n. 954859. Publicado no DJ 27.08.2007.



Em artigo publicado na Revista Jurídica Nota Dez, o autor Daniel Roberto Hertel,<sup>23</sup> cita as orientações de Alexandre F. Câmara e Luiz Guilherme Marinoni, no sentido de que estes autores defendem a aplicação da Lei n. 11.232/05 e seus argumentos para a execução pela nova sistemática, no caso de alimentos, são no sentido de que: a) a unificação dos atos cognitivos e executórios em um único processo; b) necessidade de acabar com uma nova citação do devedor; c) otimização do processo judicial; d) a defesa do devedor será realizada por um meio mais simples, que é a impugnação, ao passo que os autores como Luiz Rodrigues Wambier, Misael Montenegro Filho, sustentam a tese de que o art. 732 do CPC faz remissão ao Capítulo IV do Livro II do código, isto é, aos artigos 646/724, não se aplicando, portanto, a nova estrutura de cumprimento da sentença, delineada nos arts 475-I e 475J do CPC.

Segundo os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior<sup>24</sup>, ao tecer comentários contra a aplicação da nova Lei 11.232/05, na execução de alimentos, explica que “A reforma da Lei nº 11.232/05 não atingiu as execuções singulares especiais por dívidas da fazenda Pública e pelas obrigações de alimentos, que se conservaram nos padrões antigos da separação das duas ações: uma para condenar, outra para executar”.

Nesta mesma linha, Nelson Nery Júnior<sup>25\*</sup>, ao comentar sobre procedimento da execução de alimento, anuncia:

A Lei 11235/05, que alterou a execução de sentença, criando o instituto cumprimento da sentença (CPC 475-I), nada dispõe sobre a sentença que condena a pagar alimentos. Tendo em vista as disposições específicas do CPC 733 e da LA 16 a 18, a execução de alimentos continua regida pelo CPC 733. (destaque do original).

E ainda, Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior<sup>26\*</sup>, em uma explicação invejável, demonstra o porquê de não ser possível a utilização da nova sistemática nas execuções de alimentos. Esclarece referido autor:

A nosso ver, o art.475-J não se aplica às execuções de alimentos por uma questão muito simples: assim não desejou o legislador reformista da Lei 11.232/05. Ao optar por não alterar o procedimento específico criado nos artigos 732 e 733 do CPC, demonstrou o

---

<sup>23</sup> Hertel, Daniel Roberto. A execução da prestação de alimentos e a nova técnica de cumprimento de sentença. Revista Jurídica, ano 56, n.368, p. 34/35.

<sup>24</sup> Op. Cit. p. 41.

<sup>25</sup> Op. Cit. P. 1068.

<sup>26</sup> Wagner Junior, Luiz Guilherme da Costa. Processo Civil. Curso completo. 4ª Ed. Ver. E atual. – Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 710/711.

legislador que a reforma não pretendia “mexer” na execução de alimentos. A partir da idéia de que regra geral (art. 475-J, CPC, aplicável a cumprimento de sentença de forma genérica) não pode revogar regra específica (art. 732 e 733, CPC, aplicáveis a execução de alimentos), não pode o intérprete inovar onde assim não o fez a lei.

(...) autorizar a aplicação do artigo 475-J do CPC, nas execuções de débito alimentares, tentando compatibilizá-lo com as regras do art. 733 do CPC, sem que haja expressa autorização legislativa nesse sentido, ainda que sendo justa tentativa de alguns que entendem que com isso se estará conferindo maior efetividade ao processo, é entendimento ilegal, que, no resultado final, ocasionará verdadeiro caos para o processo ante as dúvidas que surgirão quanto ao seu processamento, em especial quanto ao prazo de citação (ou intimação) para pagamento, se de três ou quinze dias, a incidência de multa ou não, a possibilidade de cumulação da multa com a pena de prisão, a possibilidade da defesa do devedor afastar a incidência da multa, entre outras questões que, propositadamente, não foram disciplinadas em lei, uma vez que não era intenção do legislador estender a aplicação do art. 475-J o CPC para execução alimentar.

Há também autores que privilegiam as duas posições, ou seja, sustenta que pode ser aplicado na execução de alimentos, tanto o art. 475-J, quanto o art. 732. É o caso trazido por Santos<sup>27</sup>\* que assim exemplifica:.

A execução de prestação alimentícia pode ser feita de maneiras diversas, inclusive na forma comum, seguindo, agora, o art. 475-J, mas com possibilidade de se aplicar a antiga regra do art. 732, parágrafo único, com permissão de levantamento mensal das importâncias depositadas, haja ou não impugnação, não sendo de permitir qualquer efeito suspensivo.

É preocupante, mas salutar, constatar que a doutrina ainda não se chegou ao ápice da discussão deste assunto, vez que quanto mais o debate se estenda melhor teremos uma doutrina dominante que poderá influenciar nossos julgadores. Contudo, as demoras nas definições sobre como se dará a execução na questão dos alimentos, deixa margem a dúvidas tanto dos advogados quanto dos juízes que deverão julgar estes casos, deixando transparecer uma insegurança jurídica a reinar sobre o assunto. Senão vejamos: A maioria dos Tribunais consultados apresenta decisões tanto num sentido como em outro, ou seja, tem decisões recepcionando a Lei 11.232/05 para a execução de alimentos e também no sentido contrário. Veja-se:

**Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS<sup>28</sup>**

**Agravo de Instrumento nº 311735509/2009**

**Relator: André Luiz Planelha Villarinho**

Ementa:

Agravo de instrumento. Ação de alimentos. Menor. Cumprimento de sentença. Execução de alimentos pelo rito do art. 475-j do CPC. Eficácia da lei 11.232/05. Admissibilidade.

<sup>27</sup> Santos, Hernane Fidelis dos. A reforma de 2005 no Código de Processo Civil. Execução dos títulos judiciais e agravo de instrumento: São Paulo: Saraiva, 2006, p. 47.

<sup>28</sup> Brasil. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ag. Instrumento n. 311725509/2009.

Processamento de execução de alimentos em autos de ação de alimentos, com pedido de cumprimento de sentença, pelo rito do art. 475-J do CPC.

A Lei n.º 11.232/05, ao extinguir do CPC o processo de execução de título judicial, não tratou da temática dos *alimentos*, construindo-se o entendimento da jurisprudência no sentido de ser possível o rito do cumprimento de sentença aos créditos alimentares, considerando a própria natureza da referida Lei, que é trazer celeridade e efetividade à prestação jurisdicional. Incidência imediata da lei após sua publicação. Precedentes desta Corte.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

E ainda:

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Agravo de Instrumento n. 7002848987<sup>29</sup>

Relator: Sérgio Fernandes de Vasconcellos Chaves

Execução de alimentos. Agravo de instrumento. Cumprimento da sentença. Cabimento. Eficácia da lei nº. 11.232/05. 1. A execução de alimentos deve seguir os termos do art. 475-I, do CPC, sendo correta a aplicação da lei nº 11.232/05. 2. As alterações vigentes à época da propositura da execução constituem regras processuais de aplicação imediata, justificando o processamento sob a forma procedimental de cumprimento de sentença (art. 475-I), diante da eficácia da lei nº. 11.232/05. Recurso provido. (agravo de instrumento nº 70028489987, sétima câmara cível, tribunal de justiça do RS, relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos chaves, julgado em 13/05/2009).

Tribunal de Justiça do DF e Territórios - TJDF

Agravo de Instrumento nº 319156/2008<sup>30</sup>

Relatora: Maria Beatriz Parrilha

#### **Ementa**

Civil. Processo Civil. [Agravo de instrumento](#). Execução de prestação alimentícia. Procedimento. Art. 732 do CPC. Sistema Dual. Processo de execução específico. Inaplicabilidade da multa do art. 475 do CPC. 1. A reforma do código de processo civil, com base na lei nº 11.232/05, não se aplica em face do devedor de alimentos, eis que o caput do artigo 732 do CPC remete o procedimento da execução à previsão contida no Capítulo IV do referido diploma, o qual trata da execução por quantia certa contra devedor solvente, fazendo remissão a seu parágrafo único e ao oferecimento de embargos.

2. Nestes termos, a execução de alimentos continua submetida ao regime antigo, pois, caso o legislador tivesse a intenção de modificar a atual sistemática, teria dispensado o ajuizamento dos embargos, o que não fez, determinando a defesa do devedor por meio deste módulo processual autônomo. Outrossim, uma vez que o julgador aferiu a capacidade financeira do alimentante e a necessidade do alimentado para fixar o débito alimentar, não se afigura cabível onerar o devedor ainda mais, mediante imposição de multa não contemplada pela legislação.

3. Decisão mantida. Liminar revogada e [agravo](#) não provido.

---

<sup>29</sup> Brasil. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ag. Instrumento. Julgado em 13.05.2009.

<sup>30</sup> Brasil. Tribunal de Justiça do DF e Territórios Ag. Instrumento. Julgado em 23.07.2008.

## **Decisão**

Negar provimento ao recurso, maioria.

### **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG<sup>31</sup>**

Apelação Cível [1.0713.07.076827-8/00](#)

Desembargador Eduardo Andrade

Ementa:

Embargos à execução - Prestações Alimentícias - Rito do artigo 732 do CPC - Alteração pela lei 11.232/05 - Ausência - Prevalência do Sistema Dual - artigos 646 a 724 do CPC. - Na hipótese do artigo 732 do CPC, que não sofreu qualquer alteração com a edição da Lei 11.232/05, deve processar-se nos moldes do disposto no Capítulo IV do Título II do Livro II do CPC, onde se acha disciplinada a "execução por quantia certa contra devedor solvente" (artigos 646 a 724), cuja instauração se dá por meio de citação do devedor para pagar em 3 (três) dias (artigo 652), sob pena de penhora.

Como visto, a doutrina ainda não apresenta uma tendência forte à dominância nem em uma nem em outra direção, apesar da lei estar em vigência há mais de 4 anos. De igual modo, a jurisprudência ainda não pacificou o entendimento, porém, há uma forte tendência de que os Tribunais aplicarão a Lei 11.232/05, também nas execuções de alimentos, uma vez que se trata de um processo de maior rapidez e eficiência. Resta aguardar decisão específica do Superior Tribunal de Justiça, especificamente, neste sentido.

Adverte-se, contudo, as razões para não aceitação da referida lei para as execuções de alimento são muito fortes e convencem melhor, principalmente no que diz respeito ao legislador que, apesar das alterações do CPC terem sido discutidas por muitos anos, não fez alteração no art. 732 do CPC, e utilizando-me das expressões do ilustre doutrinador Luiz Guilherme Wagner da Costa Júnior, esposada acima no sentido de que “não pode o legislador inovar onde assim não o fez a Lei”, alinho-me a esta corrente.

## **4 A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS**

Ressalta-se que, em se tratando de meios executórios, importante lembrar que, apesar de o alimentando ter o direito de escolher o meio para o cumprimento da obrigação, deve o juiz intervir de maneira tal que, primeiro, utilize-se de um dos meios menos gravosos para o devedor, ou seja, o desconto em folha, expropriação de aluguéis, enfim, para, só depois, pedir a prisão do alimentante.

---

<sup>31</sup> Brasil. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível. Julgado em 30.09.2008.

Dentre os meios executórios, apresentados pela doutrina, para que o alimentante proceda ao pagamento ao alimentando, a prisão do devedor é a que carrega maior carga de força para que a prestação seja cumprida, uma vez que o devedor recalcitrante é exposto perante a sociedade e a própria família, ficando recluso, por certo período, até a efetivação do pagamento.

A prisão não deve ser analisada sob o ponto de vista de punição ao devedor, mas, sim, como meio de coagir aquele que deve, pode pagar mais assim não procede, se quedando inerte e inadimplente com a pensão alimentícia. Apesar de ser uma medida violenta, a prisão é o meio coercitivo que acelera o processo evitando maiores dissabores para o alimentando, que tem, em muitos casos, somente este meio para satisfazer suas necessidades e viver com dignidade.

Vale lembrar que, tanto o texto constitucional quanto a Lei dos Alimentos fazem referência à prisão do devedor por inadimplência na prestação de alimentos, nos seguintes termos:

Constituição Federal de 1988

Art. 5º. (.....)

LXVII – não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

Lei nº 5.478/68.

Art. 19 – O juiz, para instrução da causa, ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias.

§1º - o cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vincendas ou vencidas e não pagas.

§2º - Da decisão que decretar a prisão do devedor, caberá agravo de instrumento.

§3º - A interposição do agravo não suspende a execução da ordem de prisão.

As disposições do Código de Processo Civil Brasileiro, especificamente em seu art. 733, parágrafos 1º e 2º, destacam:

Art. 733 - Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

§1º – Se o devedor não pagar, nem se escusar, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1(um) a 3(três) meses

§ 2º - o cumprimento da pena não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

Em primeira análise destes dispositivos, faz-se menção à exceção da prisão civil por dívida, disposta no inciso XLVIII do texto constitucional acima citado, que só alcançaria o devedor de alimentos, uma vez que o STJ entende que a prisão do depositário infiel foi majorada pelo Supremo Tribunal Federal. Pelo decidido pela 4ª Turma, relator Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Felipe Salomão, no RHC 24871/DF<sup>32</sup>, a ementa assentou o seguinte:

Superior Tribunal de Justiça

RHC 2481/DF

Relator: Luiz Felipe Salomão

Ementa: Habeas Corpus. Depositário Infiel. É ilegítima a prisão civil por dívida, ressalvada a hipótese excepcional do devedor de alimentos. Entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal. Precedente do Superior Tribunal de Justiça. Ordem concedida para cancelar a cominação de prisão civil.

Outro ponto importante é quanto ao prazo da prisão, estabelecidos tanto no art. 19 da LA (que estabelece o prazo de 60 dias), quanto no parágrafo primeiro do art. 733 (que estabelecer o período de 1 a 3 meses). Lastreado no art. 620 do CPC, onde a execução se deve proceder pelo meio menos gravoso para o devedor, tem-se que o prazo máximo para a prisão dever-se-ia dar pelo art. 19 da LA, por ser de prazo menor. Entretanto, alguns autores consideram que o art. 19 da referida Lei foi derogado, dentre estes, José Carlos Barbosa Moreira<sup>33</sup>, menciona que “(...) omissis o executado em efetuar o pagamento, ou em oferecer escusa que pareça justa ao órgão judicial, este, sem necessidade de requerimento do credor, decretará a prisão do devedor, por tempo não inferior a um nem superior a três meses (art. 733, § 1º, derogado aqui o art. 19, caput, fine, da Lei nº 5.478)”.

Contudo, citando Nelson Nery Júnior<sup>34</sup> e Humberto Theodoro Junior<sup>35</sup>, em artigo publicado na Revista Eletrônica de Direito de Estado, Daniel Roberto Hertel adiciona que referidos autores defendem a tese no sentido de que o prazo da prisão do

---

<sup>32</sup> Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Habeas Corpus. Julgado em 18.06.2009.

<sup>33</sup> Moreira, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro. Forense, 2008, p. 274.

<sup>34</sup> Apud. Hertel, Daniel Roberto.

<sup>35</sup> Apud. Hertel, Daniel Roberto.

devedor de alimentos será de até sessenta dias, se se tratar de alimentos definitivos ou provisórios, ou de até 3 meses, se se tratar de alimentos provisionais.

A jurisprudência do STJ indica a absorção pelos ditames do art. 733, § 1º, nos termos dos HC 163751/MT<sup>36\*</sup>, de relatoria do Senhor Ministro Luiz Felipe Salomão, da 4ª Turma, cuja ementa está assim disposta:

HC 163751/MT

EMENTA :

Habeas Corpus. Prisão Civil do devedor de alimentos. Renovação do Decreto de Prisão. Przo que não excede ao limite legal. Não há ilegalidade na renovação da prisão civil do devedor de alimentos, uma vez que o prazo total não excedeu o limite estabelecido no §1º do art. 733 do CPC. Ordem denegada. (grifei).

Neste mesmo sentido, RHC 17541/RJ, de relatoria do Senhor Ministro Aldir Passarinho Júnior, da 4ª Turma do STJ, dentre outros.

Outra questão a ser levantada diz respeito às prestações sujeitas a medida de prisão. Tem se entendido, com algumas ressalvas doutrinárias, que as parcelas que poderão levar o devedor ao cárcere será somente as 3 (três) últimas e as que vencerem no curso do processo. Assim são os dizeres que Súmula 309 do STJ: “O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo”. Entende-se, que se o alimentando não conseguiu provar a necessidade ou não buscou rapidez para receber seu crédito, provavelmente dele não necessitava para sua manutenção. Neste caso, as prestações em atraso deverão ser cobradas por meio de execução pelo rito do art. 732 do CPC.

A orientação do STJ é pacífica neste sentido, a saber:

RESP. 291367/SP<sup>37</sup>

Ementa:

Alimentos. Execução. Prisão. Rito. O rito do art. 733 do CPC deve ficar reservado à cobrança das três últimas prestações alimentícias vencidas antes da propositura da ação. E isso porque a demora na cobrança de débito há muito vencido evidencia que a urgência da prestação alimentar já não se faz presente, além de ensejar a constituição de um débito cujo valor dificilmente poderá ser atendido pelo devedor no prazo curto que a lei lhe reserva. Sendo a constrição sobre a liberdade do devedor a mais grave das sanções, que o nosso regime prisional converte em pena inominável, deve ela, em princípio, ficar reservada àquela hipótese. Precedentes. Recurso conhecido.

---

<sup>36</sup> Brasil. Superior Tribunal de Justiça. HC. Julgado em 26.06.2010.

<sup>37</sup> Brasil. Superior Tribunal de Justiça. RESp. Julgado em 15.02.2001.

Nesta direção: RHC 27580/TO julgado em 27/4/2010 e publicado em 18/05/2010. RHC 26584/RS, julgado em 13/04/2010 e publicado em 6/5/2010, dentre outros julgados do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, vale fazer destaque dos alimentos gravídicos, mencionados na Lei n. 11.804/2008, também lastreado no binômio possibilidade/necessidade, a princípio, deve cobrir as despesas da mãe com a gravidez, da geração até o parto, tais como: assistência médica, psicológica, exames, internações, medicamentos, parto, etc. Ao que parece, é que o legislador quis dar mais vida ao art. 2º do Código Civil de 2002, ao estabelecer que “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”, muito embora o que se discute nos alimentos gravídicos são as necessidades da gestante e não do filho, este, posteriormente, terá legitimidade para postular o direito a alimentos destinados à sobrevivência.

No art. 6º, caput, da referida Lei traz que “convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da ré. Percebe-se que basta a genitora apresentar testemunhas que presenciaram a convivência dos dois; fotos; recibos de aluguéis; enfim, informações que os dois conviviam ou tiveram um relacionamento para que o juiz determine o pagamento do alimento, sendo certo que este terá duração até o nascimento da criança, quando, então, se converterão em pensão alimentícia ou o pai poderá, entrar com negativa de paternidade e cancelar o benefício.

Rodrigo da Cunha Pereira<sup>38\*</sup>, ao comentar sobre os referidos alimentos, assevera que “A Lei 11.804/08 que instituiu os alimentos gravídicos inverteu o ônus da prova, dando um crédito de confiança à gestante, isto é, bastam a indicação do suposto pai e os indícios da paternidade para a fixação dos alimentos”.

Veja, neste sentido, Acórdão nº 400870<sup>39</sup>, julgado pela 1ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, de relatoria da Desembargadora Vera Andrighi, cuja ementa está assim descrita:

---

<sup>38</sup> Pereira, Rodrigo da Cunha. Colaborador: Ronner Botelho Soares. 3ª Ed. – Curitiba: Juruá, 2009. Código Civil da Família anotado, p. 142.

<sup>39</sup> Brasil. Tribunal de Justiça do DF e Territórios. Ag.Instrumento. Julgado em 25.01.2010.



## **Ementa**

**Alimentos** gravídicos. Indícios de paternidade. Necessidade. Possibilidade. Convivência. Valor fixado.Redução.

I - Nos termos do art 6º da lei 11.804/08, havendo indícios da paternidade, são devidos os **alimentos** gravídicos. O agravante admite o relacionamento amoroso. Há testemunho de que conviveram.

II - o valor fixado na R. decisão é excessivo, consideradas as possibilidades do alimentante. Redução Deferida.

III-Agravo de instrumento provido.

**Decisão.** Conhecer e dar provimento, unânime.

Quanto à execução deste tipo de alimento, relata Douglas Phillips Freitas<sup>40</sup> que “não foi i por acaso que a Lei ao ser promulgada citou a Lei dos Alimentos como norma supletiva. A equiparação do instituto ao da pensão dos alimentos permite a execução nos termos do art. 732 ou 733 do Código de Processo Civil”.

Observa-se, então, que, para a execução ser lastreada no § 1º, art. 733 do CPC, deveria haver parcelas reconhecidas já a partir da citação e esta poderá ser feita a partir da concepção (art. 2º da lei 11.804/08); contudo, as despesas computadas até a data da citação ficarão sujeitas à execução pelo rito do art. 732 do CPC.

## **5 Conclusão**

Diante do exposto e considerando as disposições doutrinárias pode-se concluir que os alimentos se destinam à sobrevivência, ao bem estar, à saúde, lazer, enfim, um meio para uma vida digna. Portanto, é um direito do necessitado e uma obrigação de quem pode prestá-lo, tudo conforme especificado pela nossa Constituição Federal.

Diagnosticou-se que os alimentos possuem características típicas destinadas a preservar o necessitado, tais como, a irreversibilidade; a imprescritibilidade, a não repetição do que foi pago, e outras que permeiam o núcleo de segurança de uma vida digna para o alimentado.

Constatou-se, também, que a lei veio de encontro ao necessitado, visando assegurar-lhe que o alimentado tenha meios para forçar o devedor alimentante, caso este se recuse a cumprir com a obrigação. Neste sentido assegurou a lei que o necessitado poderá executar o devedor e, para isto, basta intentar ação de alimentos visando assegurar o direito à prestação e outra ação de execução com intuito de forçar o alimentante a adimplir a

---

<sup>40</sup> Freitas, Douglas Phillips. Alimentos gravídicos e a Lei n. 11.804/08. Instituto Brasileiro de Direito de Família.

prestação, ou seja, processo autônomo. Assim, executado o devedor, este poderá ter o valor das prestações descontadas em sua folha de pagamento; ter seus bens penhorados e levados a praça pública; bem como, ter cerceada sua liberdade de locomoção por até 3 (três) meses se não adimplir a obrigação do alimento, tudo isto, lastreado nos artigos 732/733, bem como, na Lei 5.478/68, a Lei dos Alimentos.

Por ocasião da entrada em vigor da Lei 11.232/05, que teve como principal objetivo promover a agilidade e a efetividade do processo, com a finalidade de rápida satisfação do credor. Na verdade, em se tratando de alimentos, referida lei veio envolta em diversas dúvidas, acarretando interpretações distintas, tanto dos doutrinadores quanto dos julgadores. É que o legislador da reforma não fez qualquer menção em relação à execução da prestação de alimentos, ou seja, não alterou os dispositivos do Livro II do CPC.

Daí as dúvidas surgidas, que englobam tanto o modo de citação (ou intimação); a multa de 10% (dez por cento) sobre o montante; tempo para pagamento; enfim, formou-se o caos e dividiu a doutrina e os tribunais. Para uns, o sistema permanece o mesmo, ou seja, se o legislador não alterou o mecanismo de execução de alimentos é porque assim no entendeu necessário, permanecendo o sistema autônomo de conhecimento e execução; de outra mão há aqueles que entendem que o legislador foi descuidado mas que é plenamente aceitável as mudanças realizadas pela citada lei e que a execução de alimento deve se dar pela nova redação do art. 475-I da novel legislação.

Verificadas as posições doutrinárias e jurisprudenciais, elencadas no bojo deste artigo, é factível a tese de que o sistema permanece o mesmo, não tendo o legislador alterado a sistemática da execução de alimentos por não entender ser necessário, muito embora, percebe-se certa tendência por parte da jurisprudência, principalmente a do TJRS de que a nova sistemática é que vá prevalecer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Tribunal de Justiça do DF e Territórios. Ag. Instrumento n. 319156/2008.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: Ag. Instrumento n. 311735509/2009/RS; Ag. Instrumento n. 7002848987/RS.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça: Resp. 954859/RS, AgRg. n. 1039520/RS. 4ª Turma.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais: Apelação Civil n. 1071307076827-8/00.

CHIOVENDA, Guiseppe. Instituições de Direito Processual Civil, Vol. I, tradução da 2ª edição italiana por Paolo Capitanio. Ed. Campinas: Bookseller, 2002.

Dias, Maria Berenice. Texto disponível em :<http://www.jusnavegandi>, Teresina, ano 11, n. 1290, jan. 2007, acesso em 20 de julho de 2010.

DINIZ, Maria Helena: Código Civil anotado, v. 15. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERREIRA, Aurélio B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Coordenação e edição de Marina Baird Ferreira, Margarida dos anjos, 2009.

FREITAS, Douglas Phillips. Alimentos gravídicos e a Lei n. 11.804/08. Instituto Brasileiro de Direito de Família.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito de Família: Sinopses Jurídicas. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HERTEL, Daniel Roberto. A execução da prestação de alimentos e a nova técnica de cumprimento de sentença. Revista Jurídica, ano 56, n. 368.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família, 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MARINONE, Luiz Guilherme. Manual de Processo de Conhecimento. 4ª Ed. São Paulo. RT 2005.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. Ed. Ver. E Atual. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil e legislação extravagante. 10ª Ed. Ver. Amp. e Atual. Até 1º de outubro de 2007. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, Adriane Stoll de. Disponível em <http://www.hys,cin,br/doutrina/texto>. Acesso em 16 de julho de 2010.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Colaborador: Ronner Botelho Soares: Código Civil de Família anotado. 3ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SANTOS, Hernane Fidellis dos. A reforma de 2005 no Código de Processo Civil. Execução dos títulos judiciais e agravo de instrumento. São Paulo: Saraiva, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Execução e Cumprimento de Sentença, 25ª Ed. Ver., ampl. E atual. – São Paulo: Liv. E Ed. Universitária de Direito, 2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direito de Família: Ed. Atlas, V.5, São Paulo, 2001.

VIANA, Marco Aurélio S. Alimentos: Ação de investigação de paternidade e maternidade. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

WAGNER JÚNIOR, Luiz Guilherme da Costa. Processo Civil. Curso Completo. 4ª Ed. Ver. E Atual. – Belo Horizonte: Del Rey, 2010.